

**INCLUSÃO ESCOLAR E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO - AEE NA EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO -
ITAPIPOCA - CEARÁ**

RESUMO

O presente artigo traz uma análise das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência em sua efetiva inclusão no ensino regular. Para tanto, hipóteses de exclusão são construídas com base nos discursos teóricos da história da inclusão, destacando os primeiros passos da Educação Inclusiva no Brasil, os principais desafios enfrentados por todos os envolvidos e ressaltando suas conquistas na atualidade. A metodologia apresenta uma abordagem qualitativa, através da pesquisa bibliográfica, utilizando para a coleta de dados experiências vividas no ambiente escolar. Desde a pesquisa teórica à intervenção na sala de Atendimento Educacional Especializado, a pesquisa debruçou-se principalmente sobre a EEB Maria Dalva Barbosa de Azevedo por esta buscar proporcionar uma educação inclusiva para crianças com deficiência a partir de sua aceitação desses sujeitos na sala de aula. Os resultados, incipientes, apontam para desafios a serem superados como: preconceito e aceitação de si próprio, como também resultados de sucesso a partir de mudanças significativas no comportamento dos alunos em aceitar o outro. Espera-se com esse estudo que a escola se conscientize da necessidade de esta se adaptar, fisicamente e pedagogicamente, disponibilizando-se à inclusão com o intuito de proporcionar às pessoas com deficiência o suporte necessário ao seu desenvolvimento global, além de favorecer a sua inserção no convívio em sociedade de forma sadia e agradável. Acredita-se que a participação das crianças com deficiência nas escolas regulares favoreça a aceitação das diferenças por parte das “normais”, enquanto que para aquelas representa a possibilidade e o sentimento de pertencer a uma comunidade. Conclui-se com essa pesquisa que a inclusão é uma necessidade da sociedade atual e a escola é um espaço importante para a promoção de valores fundamentais que, se bem trabalhados, contribuirão para formar pessoas mais humanas e menos preconceituosas.

Palavras chaves: Atendimento Educacional Especializado; Deficiência; Inclusão.

INTRODUÇÃO

No decorrer da história as pessoas com deficiência eram tratadas na sociedade como indigentes, criaturas que eram amaldiçoadas e que tinham vindo ao mundo como castigo de Deus aos seus pais.

Esse assunto traz em si muitas discursões, incertezas, e, apesar dos discursos eloquentes, por ser um assunto complexo e abrangente, há muito a ser pesquisado. Principalmente em relação às práxis nas escolas, como esse processo está acontecendo.

Ainda de acordo com as **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica** “[...] na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2001, p.25). Uma sociedade que pensa dessa forma, só enxerga a impossibilidade das pessoas com deficiências tende a agir de forma excludente, selecionando os mais aptos e descartando aqueles que apresentam dificuldades.

O auge da institucionalização da Educação Especial em nosso país foi representada nos anos de 1970, quando o desenvolvimento de novos métodos e técnicas de ensino baseados nos princípios de modificação de comportamento e controle de estímulos permitiu a aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico desses sujeitos, até então desligados do processo educacional. “O deficiente pode aprender”, tornou-se a palavra de ordem, resultando numa mudança de paradigma do “modelo médico”, predominante até então, para o “modelo educacional”. (GLAT, 2005)

Diante disso, não é de se admirar que o atendimento nas primeiras instituições dava-se de forma assistencialista mediante uma política de favor.

A escola por ser uma instituição social, acaba refletindo os padrões de comportamento existentes naquele meio ao qual ela está inserida, portanto, pode apresentar também traços de exclusão. Para Mantoan (2006, p.9) “[...] a escola vem adotando medidas excludentes ao reagir às diferenças.” Porém, como promotora da igualdade, é inaceitável compactuar com o preconceito e menos ainda atitudes desta natureza.

Após a Declaração de Salamanca, no Brasil, foram criadas leis e decretos voltados para a melhoria da educação, das PNEE. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LEI N°9394/96, estabelece:

Art.4º O dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

III-Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

É provável que um dos mais significantes benefícios da presença das PNEE na escola regular esteja no fato dessa convivência proporcionar a aceitação do diferente entre as crianças, de maneira que não cause mais nenhuma estranheza e com o passar do tempo essa relação seja tão natural que o termo inclusão não seja mais necessário, pelo

fato de todos fazerem parte da mesma sociedade. Mantoan (2006, p.61) contempla essa ideia quando diz que “se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, para entender e viver a experiência da inclusão!”. Todo esse movimento de inclusão é necessário porque essa geração ainda traz em sua história raízes de preconceitos vividas por seus antepassados e transmitidas aos mais jovens, processo agora aconteça em duas vertentes: os mais jovens influenciarem os mais velhos a romperem os paradigmas da exclusão e ensinar às próximas gerações a inclusão.

No início do século XX, apesar dos avanços sociais e científicos, pessoas com deficiência eram ainda vistas como perigosas à sociedade, pois eram considerados anormais. Por não se ter clareza quanto à causa das deficiências, usualmente a deficiência mental estava relacionada à hereditariedade e a problemas básicos de saúde, como sífilis, tuberculose e doenças venéreas. (JANNUZZI, 2004).

A partir de meados do século XX passou-se a falar sobre inclusão, principalmente no âmbito escolar e foram criadas muitas leis para garantir esse direito a todos. FERREIRA (2005, p.44) diz que inclusão é:

[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor.

Isso significa que incluir é reconhecer, aceitar e valorizar as diferenças trabalhando o desenvolvimento das habilidades de cada indivíduo favorecendo o seu crescimento pessoal e social, incentivando a sua participação no meio social. Permitindo que este seja parte integrante de um todo que ao olha-lo não foque nas suas dificuldades mais no seu potencial. Para MANTOAN (2006,p.19)

“[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.”

A inclusão envolve todas as pessoas, e beneficia a todos, se uma sociedade é inclusiva é porque seus cidadãos já evoluíram rumo à solidariedade e compromisso para com o próximo. Faz-se necessário uma mudança de atitude em relação a essas pessoas, tem a ver não só com o cumprir a lei ou atender uma demanda social.

Ocorre que a inclusão ultrapassa a legitimação desse direito, ao exigir não apenas a matrícula escolar, mas o prosseguimento dos estudos até os níveis mais elevados da criação artística, da produção científica, da tecnologia. Há, então, que se reconhecerem as peculiaridades dos alunos, isto é, as suas diferenças. Nesse sentido, é preciso mostrá-las, porém sem discriminá-las nem inferiorizá-las”. (MANTOAN E PIETRO 2006, p.80)

É uma questão de comprometer-se com o outro e contribuir para o seu crescimento dando-lhes as ferramentas necessárias, só assim é possível à construção de um mundo melhor onde todos consigam conquistar seu espaço apesar de suas limitações.

Segundo Lima (1991, p.19):

[...] O brincar tem função essencial no processo de desenvolvimento da criança, principalmente nos primeiros anos de vida, nos quais ela tem de realizar a grande tarefa de compreender e se inserir em seu grupo, constituir a função simbólica, desenvolver a linguagem, explorar e conhecer o mundo físico.

As brincadeiras são bastante estimulantes, são ferramentas valiosas para a educação de pessoas com deficiência, cabe ao professor direcioná-las, o interessante é que lhes ofereça os brinquedos ou proponha as brincadeiras, mas deixe que os alunos usem a sua criatividade e a imaginação.

METODOLOGIA

O estudo que aqui se apresenta, identifica-se com os princípios da pesquisa qualitativa, pelo viés das pesquisas bibliográficas e de campo, que prima pela qualidade dos resultados.

A sociedade ainda supervaloriza a educação bancária, aquela que, segundo Freire, “Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem.” (FREIRE, 1987 p.33)

Utiliza para a coleta de dados, a instituição de ensino EEB Maria Dalva Barbosa de Azevedo com seus diversos instrumentos: além da pesquisa bibliográfica, rodas de conversas, relatos de experiências, palestras, oficinas, estudos de caso (s), amostragem de materiais dados como exemplo: os portfólios, cadernos de registros dos professores, sugestões propostas pelo grupo, conversas com as crianças, professores da sala regular, professores do AEE, equipe gestora, funcionários, professores de apoio, pais e comunidade escolar em geral e intervenções quando se fizerem necessárias.

Os atendimentos feitos pela professora de AEE é de fundamental importância para que a inclusão seja de fato contextualizada dentro da escola, disseminando a conscientização sobre o assunto no âmbito família e sociedade, pois dentro dessa modalidade de ensino existem projetos perpassam os muros da escola.

O trabalho foi concluído com as discussões resultantes da pesquisa teórica, de acordo com as categorias de sentido que mais se aproximavam do conteúdo apresentado.

RESULTADOS

Inclusão não é tratar as PNEE como se não tivesse dificuldade alguma, oferecendo uma educação que force o aluno a adaptar-se, mas, é reconhecer suas dificuldades e oferecer meios para que estas venham a ser superadas. É trabalhar as diferenças na igualdade de direitos, onde cada pessoa tenha suas limitações respeitadas e que recebam ajuda para superá-las.

A educação de crianças é algo peculiar, requer uma dinâmica que envolve afetividade, criatividade e ludicidade. Nessa fase a criança precisa ser estimulada para desenvolver suas habilidades e ampliar seus conhecimentos. A esse respeito Orrú *apud* (FANTACHOLI, 2013 p.4) defende que “[...] tanto o bebê sem deficiência quanto aquele que tem deficiência [...] ao estar em contato com outras crianças e adultos em um processo inclusivo, podem, desde a mais tenra idade, se apropriar das características tipicamente humanas e superar estágios de desenvolvimento”.

Nesse caso, ao contrário do que muitos pensam, as PNEE precisam de mais estímulos que as outras. Uma criança que se desenvolve normalmente sem apresentar deficiência se não for estimulada seu desenvolvimento acontece de forma mais lenta, no caso daquelas que já apresenta um quadro de limitações a falta de estímulos sensoriais externo podem causar danos ainda maiores.

Uma ótima maneira de estimular as crianças é através das brincadeiras.

A inclusão não é uma invenção dos dias atuais, ela é uma necessidade básica do ser humano. Como ser social que é, precisa relacionar-se com o próximo através de uma troca mútua, onde um não é completo sem o outro, essa é a beleza da vida em sociedade.

Na sua Pedagogia da Autonomia, Freire defende que “[...] o inacabamento do ser ou sua inclusão é próprio da experiência vital”. (FREIRE, 1996 p.22). Mesmo as

peças que não apresentam deficiências não significa que são completas e perfeitas, cada um tem suas dificuldades e, portanto o desafio de superá-las.

Durante as pesquisas realizadas para a construção desse trabalho, percebeu-se o quanto a inclusão é urgentemente necessária. Ela é algo para ontem, mas, infelizmente ainda caminha a passos lentos porque, apesar de todo o aparato legal, há pouco investimento financeiro dispensado a esse objetivo. Além disso, ela requer o rompimento com velhas práticas que ainda persistem em todos os setores da sociedade e uma ruptura dessa grandeza não é possível em curto prazo. Mas percebe-se que há muitos avanços nesse sentido se for considerado o histórico da educação inclusiva.

A escola tem o papel de acolher todas as pessoas e promover a inclusão através da conscientização da população sobre a importância e a necessidade de incluir todos, pois as PNEE só estarão realmente incluídas quando for lhes dada à oportunidade de exercer sua cidadania dentro de uma sociedade que **respeita e valoriza todos os seus cidadãos e as suas diferenças sejam** transformadas em possibilidades.

Conforme os resultados obtidos pela coleta dos instrumentos supracitados, alguns avanços já se tem alcançado, por meio da formação contínua, no que diz respeito à inclusão escolar e mais especificamente ao AEE.

CONCLUSÕES

A inclusão consiste em educação para todos, sem discriminação, exclusão ou preconceitos. Ao inserir alunos com deficiência no ensino regular há uma complexidade muito acentuada, trata-se de níveis diferentes e até extremamente opostos, exemplo, aluno com altas habilidades/superdotado junto com aluno autista, junto a outros em um nível considerado normal. É imprescindível que um acompanhamento mais específico é de suma importância para que esses alunos possam desenvolver sua cognição no sentido da aprendizagem, com mais facilidade.

Na EEB Maria Dalva Barbosa de Azevedo temos a grandeza de fazer essa inclusão acontecer com a ajuda do AEE, alunos e grupo escolar, buscando plantar a semente da inclusão na rotina e no coração das pessoas que fazem parte dessa conquista humana, porque tudo depende de amar e fazer o bem sem olhar a quem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. **Educação Infantil Introdução Saberes e práticas da inclusão**. v.8,4ªed. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/introducao.pdf> acesso em: 05/07/16 às 10h43min.

_____. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**, v.4, Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/afamilia.pdf>. Acesso em: 08/07/16 às 13h30min.

FANTACHOLI, Fabiane das Neves. **Crianças com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Infantil: Uma Perspectiva Histórico-Cultural**. Revista Eletrônica Saberes da Educação, v.4, n.1, p.1-12, 20013.

FERREIRA, Windyz B. **Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?** Revista da Educação Especial - Out/2005, Nº 40.

FERNANDES, Alicia. **O saber em jogo**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ªed.São Paulo: Paz e Terra, 1996

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléia Mascarenhas. In: **Inclusão - Revista da Educação Especial**. Ano 1, n.1, 2005, MEC/Seesp.

JANNUZZI,G. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LIMA, Elvira C. A. S., et al., **O Jogo e a Construção do Conhecimento na Pré-Escola**. São Paulo: FDE, 1991.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2006.